

Documentação

Fonte: 7M (gde SP)

Data: 19/3/2002 Pg 1 e 2

Class.: 69

Taxa de uso de água exige investimento

Ana Gabriela Saboya*
de São Paulo

A aprovação da cobrança da água da bacia do rio Paraíba do Sul pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) obriga as empresas atingidas a adotar duas linhas de ação para reduzir seus custos. A primeira, é correr para adaptar seu processo produtivo para melhorar o gerenciamento da água que consomem. A segunda, é colocar em prática programas de uso racional da água.

Uma delas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), já começou a se preparar em meados da década passada e ainda investiu US\$ 40 milhões para reduzir a necessidade de captação de água do Paraíba. O gerente-geral de

Meio Ambiente da empresa, Luiz Claudio Ferreira Castro, porém, afirma que a meta não será alcançada antes de 10 ou 15 anos. "Desde 1995, quando a captação era de 16,5 mil litros por segundo, está havendo uma redução gradual no consumo."

Para Castro, o que está em jogo na cobrança da água vai muito além da questão do uso racional — ela passa pelos danos ambientais que a falta de tratamento pode causar. "No passado, a CSN tinha o título de maior poluidora do rio; com nosso trabalho, investindo em controle ambiental, revertemos a situação." A CSN afirma ter gasto US\$ 40 milhões entre 1994 e 1995 para deixar o posto de líder de poluição hídrica. ■

Página 2

Cobrança por água de rio exige racionalização

Empresas atingidas terão de adaptar processo produtivo

Ana Gabriela Saboya*
de São Paulo

Pelo menos duas certezas surgem com a aprovação da cobrança pelo uso da água da bacia do rio Paraíba do Sul pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A primeira, é que as indústrias que utilizam água bruta — captada dos rios, sem pagamento — terão que correr para adaptar seu processo produtivo, visando melhorar o gerenciamento da água que consomem. A segunda, é que essas empresas, junto com as companhias de saneamento, terão de colocar em prática programas de uso racional da água. Ambas as iniciativas servem para reduzir despesas.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, já vem se programando. Ela vai investir US\$ 40 milhões para reduzir em quatro vezes a captação de água do Paraíba. De acordo com o gerente-geral de Meio Ambiente da empresa, Luiz Claudio Ferreira Castro, a meta não deve ser alcançada em curto prazo, mas num prazo de 10 a 15 anos. “Desde 1995, quando a captação era de 16,5 mil litros por segundo, está havendo uma redução gradual no consumo.” A captação atual é de oito mil litros por segundo, maior volume registrado entre as indústrias que usam a água do Paraíba do Sul.

Na avaliação de Castro, o que está em jogo na cobrança da água não é só a questão do uso racional, mas também os danos ambientais que a falta de tratamento pode causar. “No passado, tínhamos o título de maior poluidora do rio; revertemos a situação investindo em controle ambiental.” Ele afirma que a CSN gastou US\$ 40 milhões entre 1994 e 1995 para deixar o posto de líder de poluição hídrica.

Com a aprovação da nova medida fica estabelecido que o “consumidor poluidor” deverá pagar mais. A taxa prevista é de R\$ 0,008 para o metro cúbico de água tratada. Quem devolver a água ao rio sem tratamento, pagará mais caro: R\$ 0,02.

O coordenador ambiental da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) e do Sinditextil, Eduardo San Martin, defende que, em São Paulo, não haja teto para a cobrança da água devolvida por empresas que não cumprirem a lei. A sugestão foi enviada, na semana passada, ao Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, como proposta de emenda ao Projeto-de-lei 676 do Executivo. O projeto regulamenta a cobrança do uso da água das bacias de São Paulo no valor de R\$ 0,01 o metro cúbico de água captada.

De acordo com o consultor da Secretaria de Recursos Hídricos, Ednaldo Mesquita Carvalho, já é hora de as empresas pagarem pelo uso do que é um bem público — definido na Lei 9.433, de 1997, que define a Política Nacional dos Recursos Hídricos. “Por não pagarem pela água, muitas companhias têm sistemas ineficientes que se transformam

Documentação

Fonte gm. (gde sp)

Data 19/3/2002 Pg 2

Class. 69

Documentação

ACERVO AMBIENTAL

Fonte: GM (gde SP)

Data: 19/3/2002 Pg 2

Class.: 69

numa gestão de desperdícios.”

No entender do diretor técnico de meio ambiente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), João Jorge da Costa, a taxa é uma medida positiva e levará as empresas a se modernizar e destinar investimentos à compra de equipamentos que evitem desperdício. “As perdas entre a captação e o faturamento da água são da ordem de 40%; por isso, os métodos de processo das companhias de saneamento devem ser melhorados”, defende. Costa concorda, mas afirma que a taxa precisa ser homogênea. “Todos os setores devem pagar”, diz, referindo-se à irrigação rural que, por enquanto, está isenta.

A definição da data para a eliminação da isenção é um dos pré-requisitos para que a cobrança pelo uso da água do Paraíba do Sul seja iniciada, segundo o diretor geral de Meio Ambiente da CSN, que também participa do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap). “Enquanto isto não for regulamentado, as

taxas não podem e não devem ser cobradas.” Segundo ele, a irrigação é uma das atividades que mais consomem água do rio que banha São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Conforme informações do CNRH, no trecho abastecido pela bacia há cerca de sete mil indústrias.

Entre as pré-condições, acertadas entre a Ceivap e o CNRH, também estão a definição das atividades que devem ser dispensadas das tarifas devido ao baixo consumo, e a realização de um levantamento que irá indicar quais indústrias captam a água regularmente, ou seja, com a autorização do governo federal.

O arrecadado com a cobrança pela água do rio Paraíba do Sul será gerido por uma agência, ainda a ser criada. Essa instituição aprovará projetos de despoluição, estabelecerá critérios para a cobrança e administrará os recursos hídricos do rio. O objetivo da Agência Nacional das Águas (ANA) é expandir esse modelo a todas as grandes bacias do País. ■

**do Panorama Setorial*

**Companhias
vão precisar
colocar em
prática
programas de
uso racional**